

# A Muralha de D. Dinis e a Cidade de Lisboa

Fragmentos arqueológicos e evolução histórica

Artur Rocha



MUSEU DO  
DINHEIRO  
BANCO DE PORTUGAL

**Muralha**  
**D. Dinis Wall**  
Núcleo de Interpretação  
Interpretation Centre



# A Muralha de D. Dinis e a Cidade de Lisboa

Fragmentos arqueológicos e evolução histórica

Artur Rocha



MUSEU DO  
DINHEIRO  
BANCO DE PORTUGAL

**Muralha**  
**D. Dinis Wall**  
Núcleo de Interpretação  
Interpretation Centre

7

Introdução

10

A cidade baixa. Um espaço geográfico em evolução

13

Os primeiros povoadores

15

Um rio antigo e uma cidade nova

17

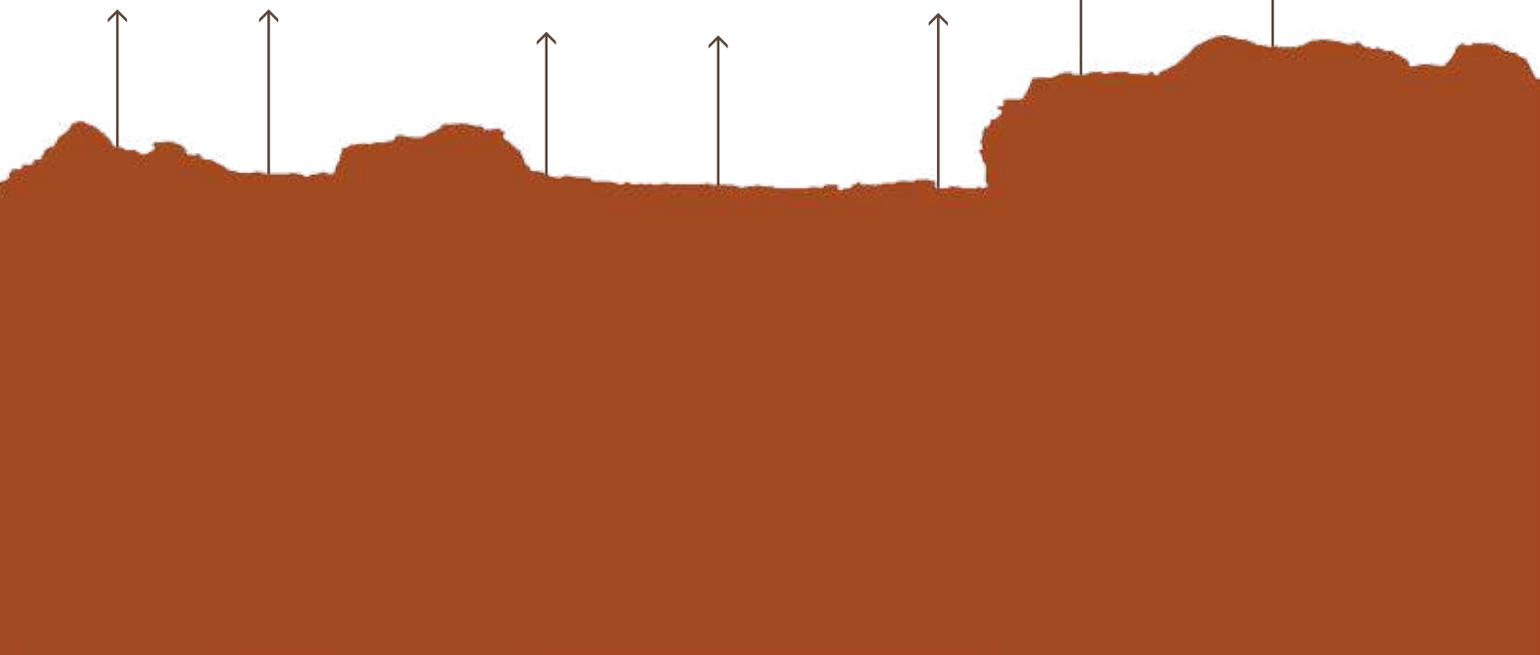
Na esfera de Roma

20

Um passo atrás, dois em frente

23

Início e consolidação da nacionalidade



# Índice

25

D. Dinis,  
a modernização  
possível

28

Uma muralha nova  
(mas não por muito  
tempo)

33

Entre duas  
muralhas

40

Lisboa,  
a cidade-ponte

48

O terramoto de 1755.  
"Um civilizador à bruta"

52

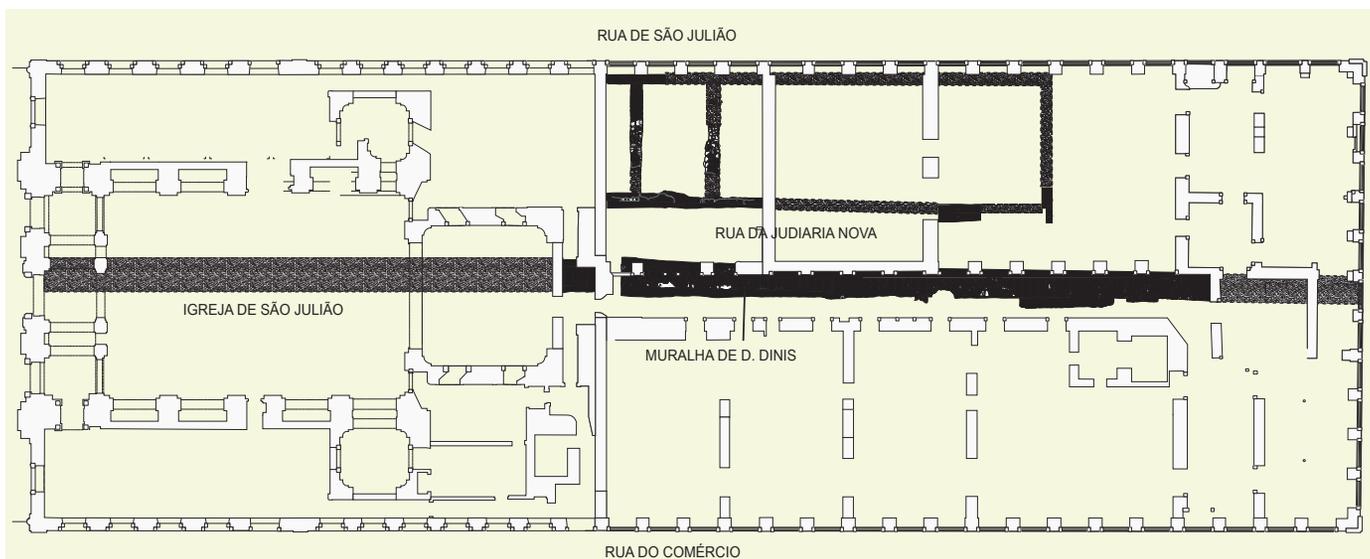
O presente  
e o futuro

54

Bibliografia



Fragmentos  
arqueológicos  
e evolução  
histórica



■ Reconstrução hipotética das estruturas Medievais.

## Introdução

As escavações no Edifício Sede do Banco de Portugal vieram, pela primeira vez em séculos, pôr a descoberto um dos mais bem guardados segredos do subsolo da cidade de Lisboa, um troço da Muralha de D. Dinis que, até à data, não havia sido identificado no registo arqueológico<sup>1</sup>.

O relativo desconhecimento a que esta muralha se encontrava votada deveu-se tanto a fatores históricos e intrínsecos à sua natureza construtiva e funcional como à própria geografia da investigação lisiponense.

No primeiro campo, é importante realçar não só a curta extensão da muralha, quando comparada com as restantes estruturas de fortificação da cidade, quer anteriores quer posteriores, como, em complemento, o seu escasso tempo de vida como estrutura defensiva, fenómeno comprovado pela sua substituição enquanto linha de proteção da Baixa pela Cerca Fernandina, escassas oito décadas após a sua construção.

No segundo campo, o da investigação científica, constata-se que, salvo raras exceções, tem sido normal a ausência desta muralha da heterogénea e alargada informação publicada sobre a Baixa Pombalina, passando despercebida na maior parte dos estudos. Do conjunto de fatores que poderiam, de certa forma, justificar esta omissão, a inexistência de registos gráficos anteriores ao terramoto de 1755 e a falta, depois, de um troço visível da muralha são indubitavelmente aqueles que maior peso adquirem.

Assim sendo, é inteiramente justo referir o papel fundamental que Augusto Vieira da Silva<sup>2</sup> teve na divulgação desta estrutura. Baseando-se apenas em dados documentais, o eminente olisipógrafo foi o primeiro a intuir o seu traçado de forma bastante aproximada, muitas décadas antes da sua descoberta física, acerto esse que seria extrapolado para outras realidades entretanto identificadas nos trabalhos arqueológicos, como é o caso da Rua da



↑ Muralha de D. Dinis. Troço identificado nos edifícios de sacrifício. Aqui muito afetado por cortes do séc. XX.

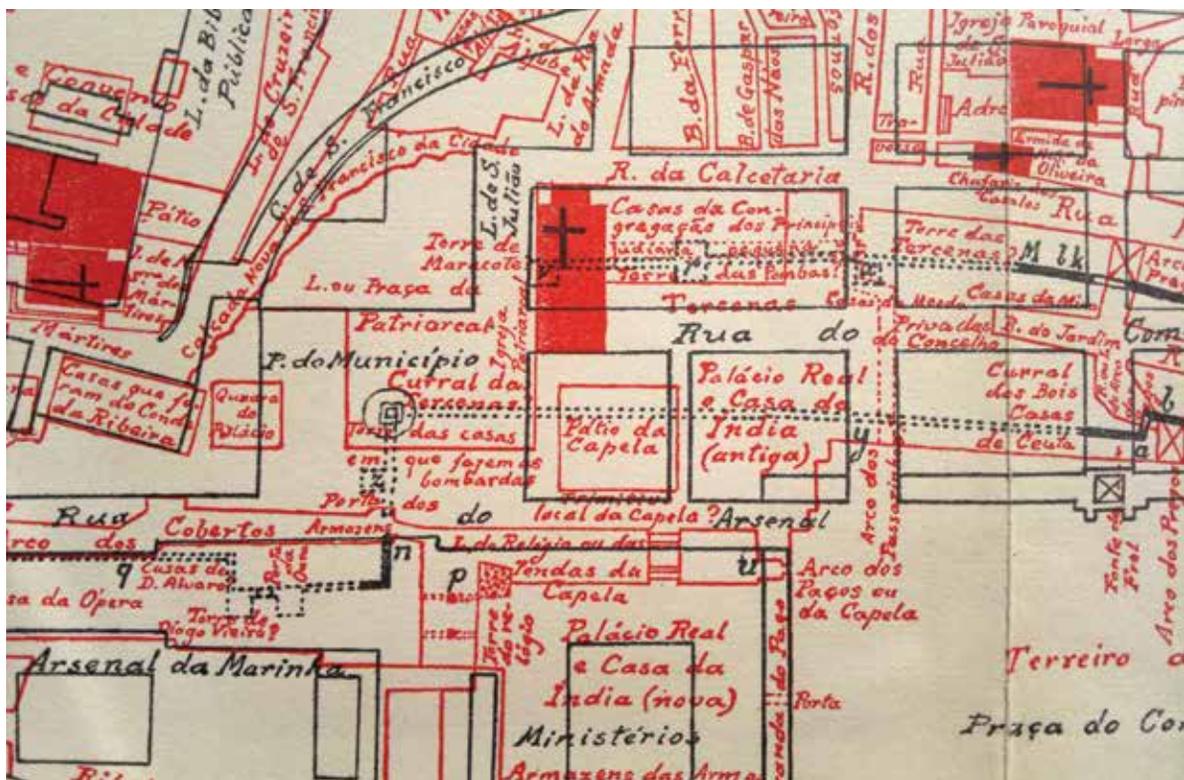
Judiaria Nova ou das Tercenas. A sua publicação *As Muralhas da Ribeira de Lisboa* tornou-se, aliás, um texto absolutamente fundamental para a compreensão de toda esta parcela da cidade, ao qual os investigadores contemporâneos retornam sempre que sobre ela se debruçam.

Neste contexto, a colocação à vista de um troço com mais de quarenta metros de comprimento nas campanhas arqueológicas de 2010-2011 é um importante contributo para o conhecimento deste episódio da história da cidade, permitindo, de forma inédita, avaliar a natureza de uma fortificação que durante mais de setecentos anos permaneceu oculta para a maior parte da sua população. Os resultados arqueológicos possibilitaram, em simultâneo, compreender com maior profundidade a evolução deste espaço específico nos últimos dois milénios, contribuindo com valiosos fragmentos para a compreensão da construção de Lisboa enquanto mosaico histórico.

↓ Planta da Muralha de D. Dinis intuída por A. Vieira da Silva, um vulto incontornável na historiografia de Lisboa.

*As Muralhas da Ribeira – A. Vieira da Silva.*

→ Trabalhos arqueológicos na zona do saguão. A Muralha de D. Dinis corresponde ao degrau superior, coberto com manta branca.





## A cidade baixa. Um espaço geográfico em evolução

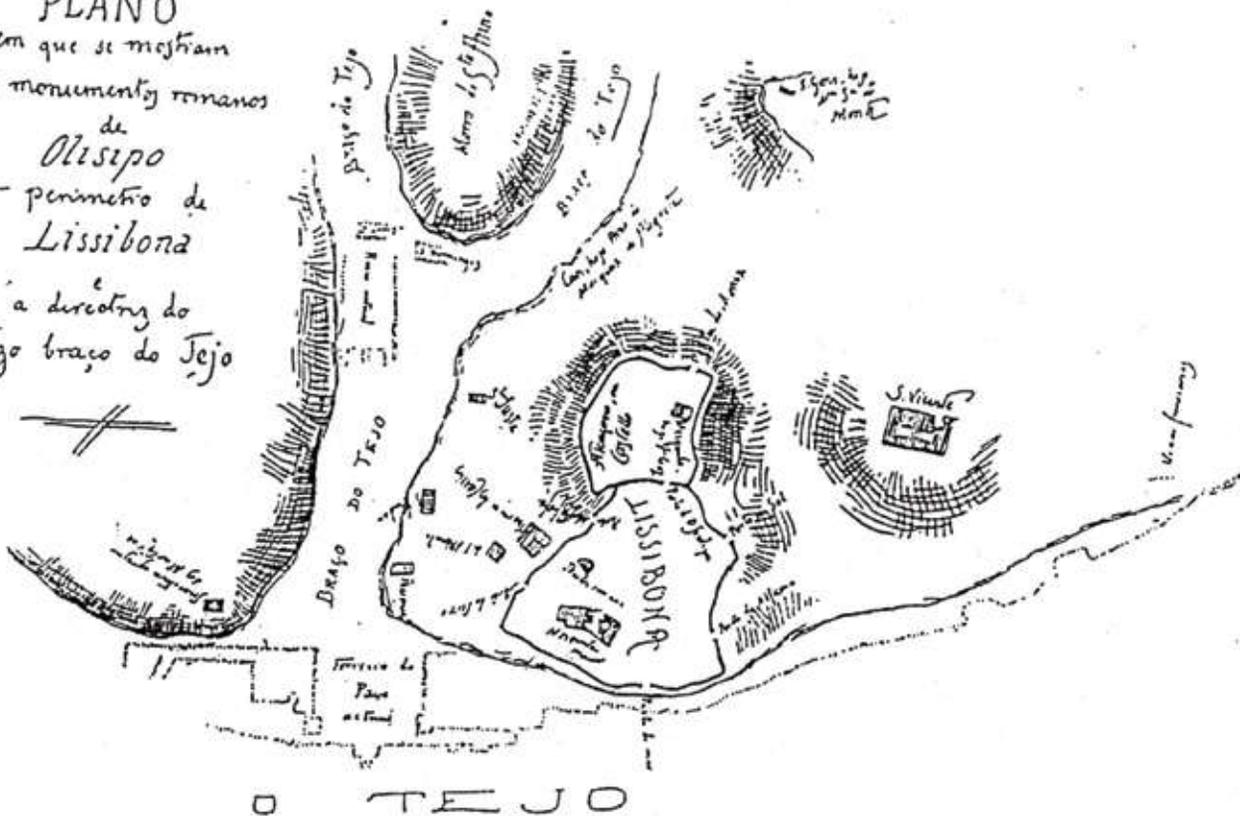
A fisionomia do espaço atualmente ocupado por Lisboa foi sendo alterada ao longo do tempo, quer por ação natural quer humana, sendo o cenário que nos chegou muito diferente daquele com que os primeiros povoadores se depararam. Desde a chegada dos primeiros humanos, pois, que as margens do Tejo têm conhecido substanciais mudanças fisionómicas, primeiramente de origem natural, relacionadas com os ciclos geológicos do planeta, e depois, nos últimos três mil anos, decorrentes maioritariamente da atividade humana, área na qual a construção das muralhas ribeirinhas como a de D. Dinis desempenhará um papel de relevo, vincando a estabilização contínua da margem norte do rio.

Nas alterações de natureza geológica, visíveis sobretudo na variação do nível médio das águas do mar e na conseqüente distribuição das margens do estuário do Tejo, há alguns valores que sobressaem; num caso específico, datável de há cerca de dez mil anos, foram registadas descidas na ordem dos cinquenta metros<sup>3</sup>.

O nascimento da cidade enquanto tal, já no primeiro milénio a.C., terá lugar com um nível do mar mais semelhante ao atual, sendo as variações observadas entre esta data e a atualidade de menor monta que as anteriores. Em contrapartida, nestes últimos três milénios as alterações relacionadas com a atividade humana são particularmente visíveis, adquirindo um ritmo exponencialmente mais intenso nos últimos séculos, coincidente com o crescimento acelerado que Lisboa entretanto registou.

Apesar da relativa estabilização do nível do mar no período que medeia entre a fundação da cidade e a Idade Média, a oro-hidrografia da Baixa

PLANO  
em que se mostram  
os monumentos romanos  
de  
Olisipo  
o perímetro de  
Lissibona  
a direção do  
antigo braço do Tejo



diferia bastante da atual, encontrando-se uma parcela considerável da mesma ainda submersa pelas águas do Tejo e a restante sulcada por vários córregos que, a partir do norte, drenavam as colinas do Castelo, de São Gens, Sant'Ana, São Roque e São Francisco.

O mais importante destes cursos de água ficou conhecido como Esteiro da Baixa e, embora ainda subsistam algumas dúvidas quanto ao seu percurso, deveria alinhar-se num eixo aproximado norte-sul<sup>4</sup>, parcialmente coincidente com a Rua do Ouro, em especial na zona da foz, uma vez que, já perto do Rossio, se desviava um pouco para leste. Este esteiro desembocava diretamente no rio Tejo, que, à época, se espalhava substancialmente mais para norte.

↑ O Esteiro da Baixa reconstituído por J. Castillo, um documento que evoca os alvares da moderna historiografia olisiponense.

"Lisboa Antiga – Bairros Orientais" vol. I – J. Castillo.

A partir do Rossio, a rede de drenagem a montante do Esteiro da Baixa era composta por dois cursos de água principais que, em conjunto, desenhavam uma forma aproximada de Y, desenvolvendo-se pelos vales atualmente ocupados pela Avenida da Liberdade e pela Rua da Palma / Avenida Almirante Reis. Esta configuração será, aliás, estruturante na implantação das vias de comunicação para norte, estabelecendo uma estreita relação entre a orografia e a circulação humana, numa lógica de funcionamento que sobreviveu até aos tempos atuais.

A partir da época romana, esta configuração da rede hidrográfica seria progressivamente alterada, revelando o impacto da ação humana na paisagem. O processo culminou no séc. XV, quando, com a construção dos canos reais e da Rua d'El Rei, mais tarde denominada Rua dos Ourives do Ouro<sup>5</sup>, cessou definitivamente o funcionamento do antigo esteiro.

Na área que abordamos, o encanamento do antigo córrego finaliza então a expansão da cidade para sul, uma progressão lata e lenta conseguida graças a assoreamentos e aterros diversos que obrigaram ao recuo das águas do Tejo e à desativação dos seus antigos afluentes. Nesta dinâmica de crescimento, a Muralha de D. Dinis tinha-se revelado, cerca de um século e meio antes, um ponto de viragem fundamental, estabelecendo pela primeira vez uma barreira física com o rio. As palavras de D. Dinis na carta de fundação da Muralha são, aliás, esclarecedoras quanto à natureza do espaço onde seria implantada a sua fortificação: «(...) *alargare contra o mare duas braças, e fundar-se per hy o muro (...)*», ou seja, a sapata da Muralha foi erigida numa zona ainda inundável pelo estuário do Tejo.

Por outro lado, a edificação desta barreira provocará, a norte da muralha, a substituição da sedimentação natural, fruto das deposições aluvionares do Tejo<sup>6</sup>, pela de origem antrópica. Ambos os fenómenos foram identificados nos trabalhos arqueológicos do Edifício Sede do Banco de Portugal e comprovam a separação definitiva entre o rio e a área a norte da Muralha, na qual, posteriormente, o impacto humano será consolidado em construções sucessivas que utilizaram o eixo da Muralha como linha orientadora.

## Os primeiros povoadores

Recuando no tempo, vemos então que o povoamento da área atualmente ocupada pela cidade de Lisboa se iniciou num cenário muito diferente do das muralhas robustas da época romana e da Idade Média, das ruas estreitas de Alfama, da geometria clássica da Baixa Pombalina ou dos passeios elegantes da Avenida da Liberdade.

Destes primeiros povoadores ainda pouco conhecemos, fruto, sobretudo, do tardio desenvolvimento da arqueologia enquanto prática científica e social, numa época em que o crescimento inexorável da cidade provocou a destruição de grande parte das evidências históricas por eles deixadas. A inexistência de fontes escritas torna o seu conhecimento ainda mais problemático, sendo os fragmentos arqueológicos, agora recuperados com cada vez maior frequência, a única forma de nos aproximarmos da natureza social, económica e religiosa dos primeiros habitantes da cidade.

Os primeiros humanos que frequentaram a área de Lisboa, bandos de caçadores-recoletores paleolíticos, caracterizavam-se pelo nomadismo, pela fraca estruturação do seu *habitat* e por rotas alargadas de movimentação, assentes numa lógica de predação direta dos recursos naturais, deixando, também por essa razão, poucos vestígios da sua passagem por este espaço.

Posteriormente, no longo e lento caminho de sedentarização do Homem, consolidado durante a revolução neolítica, assistir-se-á a uma mudança progressiva nos padrões de sobrevivência, agora cada vez mais assentes numa economia produtora, com práticas agrícolas e pastoris. Em Lisboa, emergem então povoados como os de Vila Pouca<sup>7</sup> ou Montes Claros<sup>8</sup>, em Monsanto, e lentamente assiste-se à multiplicação de sítios de *habitat*, dispersos um pouco por toda a área do concelho, refletindo as excelentes condições naturais proporcionadas por este território. No centro de Lisboa, foram detetadas recentemente duas ocorrências, no Palácio dos

Lumiares<sup>9</sup> e na Encosta de Sant'Ana<sup>10</sup>, episódios que inauguraram uma extensa sequência de ocupação, que perdurará, com hiatos, até à atualidade.

O crescimento económico posterior, bem como a complexificação socio-política daí decorrente, desembocará em comunidades com maiores índices de competição, cujos confrontos e atritos motivam a emergência de novos sistemas de defesa. O aparecimento de fortificações é o dado mais sintomático desta nova conceção funcional e simbólica da paisagem, agora dominada por estas comunidades hoje em dia genericamente denominadas «sociedades calcolíticas».

As primeiras muralhas de Lisboa surgiram nesta época, sendo, no entanto, muito diferentes, em quase todos os capítulos de análise, das suas sucessoras, estruturas de maior porte e extensão que, alguns milénios mais tarde, definirão a cidade romana e medieval.

Na fase seguinte, a Idade do Bronze, o registo arqueológico não é particularmente produtivo. Aqui, ter-se-á registado uma assimetria funcional progressiva entre os povoados centrais em locais altos, bem defensáveis, e os periféricos, mais vocacionados para o aproveitamento direto dos recursos naturais, como é o caso da Tapada da Ajuda, onde se detetou um importante *habitat* da Idade do Bronze Final, de marcada feição agrícola<sup>11</sup>. Neste cenário, seria expectável que a proeminente colina do Castelo tivesse uma importante ocupação, contudo, e atendendo às informações que hoje possuímos, tal facto não pode ser comprovado<sup>12</sup>.

Nestes milénios, a área do quarteirão atualmente ocupado pelo Edifício Sede do Banco de Portugal era ainda uma parte integrante do estuário do Tejo, não tendo sido recuperados, como é natural, nas áreas escavadas sob a Muralha de D. Dinis, vestígios arqueológicos de uma instalação humana datável destas épocas.

## Um rio antigo e uma cidade nova

Embora desde a pré-história se registem contactos, marítimos e terrestres, com o mundo atlântico e mediterrânico, comprovados pela presença no nosso território de variados espólios daí provenientes, será somente com a intensificação de contactos com os mercadores fenícios, em finais do séc. VIII / inícios do VII a.C.<sup>13</sup>, que Lisboa passará a fazer parte, de forma mais concreta, destes circuitos comerciais de longa distância. Iniciar-se-á nessa altura uma lenta, longa e descontínua progressão da margem para o centro do mundo mercantil que atingirá o seu apogeu nos sécs. XVI e XVII da nossa era, época marcada por uma intensa atividade comercial e pelo papel primordial que Lisboa assumiu no panorama das navegações intercontinentais. Esta filiação fenícia e a partilha com esse povo de uma íntima vocação marítima foram resumidas enfaticamente por Júlio Castillo: «(...) *quem, senão os Fenícios, possuía então (como nós já possuímos) o sceptro dos mares? (...)*».<sup>14</sup>

A partir do primeiro milénio a.C., o Tejo converte-se assim no cenário privilegiado para a história de Lisboa, mantendo com a urbe uma relação umbilical. Esta união indissociável entre o rio antigo e a cidade nova seria cimentada no topónimo com que, segundo alguns autores, os fenícios a batizaram: *Alli Usbo*, porto seguro ou enseada amena<sup>15</sup>.

As excecionais condições naturais de todo o estuário do Tejo, plataforma que proporcionava uma fonte de abastecimento segura e de fácil acesso, favorecem os intensos contactos com o mundo mediterrânico encontrando-se atualmente os seus vestígios em ambas as margens, de Almada a Santarém. Lisboa seria já provavelmente o centro coordenador de toda a região<sup>16</sup> e o local da sua maior concentração demográfica.

A presença fenícia foi motivada pela procura crescente de metais<sup>17</sup>, dos quais alguns, como o estanho, afluíam vindos do interior da península através da via

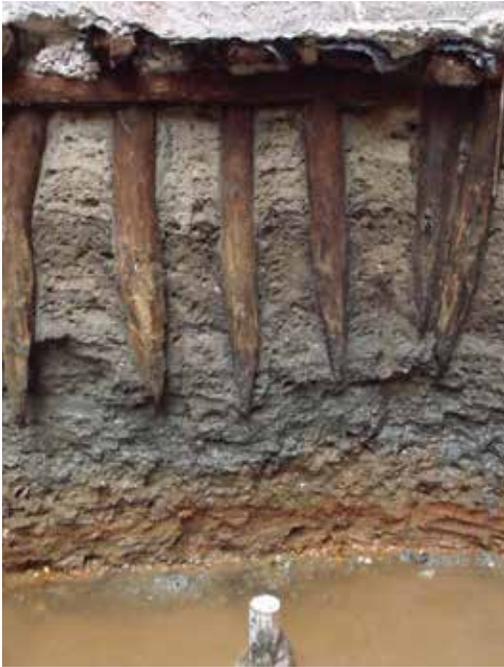
privilegiada do Tejo e outros, como o ouro, se encontravam, segundo as fontes clássicas, nas próprias areias do rio<sup>18</sup>. Os vestígios da ocupação fenícia em Lisboa encontram-se bem documentados na colina do Castelo<sup>19</sup>, onde, entre outras ocorrências, se comprovou a importação de materiais de diversas origens, fenómeno que será, daí em diante, uma constante do quotidiano da cidade. A área atualmente ocupada pelo Edifício Sede do Banco de Portugal permanecia ainda parcial ou totalmente submersa e afastada do grande polo de ocupação, continuando a ser natural a ausência quase total de vestígios desta fase.

Nesta altura, Lisboa integrou-se nas redes comerciais que ligavam o Mediterrâneo ao Atlântico Norte beneficiando da sua posição geográfica, equidistante em relação às duas áreas e absorvendo influências de ambas, embora com uma natural preponderância da primeira. No final da primeira metade do primeiro milénio a.C., estão então lançadas as bases de uma cidade de vocação marítima, intimamente ligada ao comércio e à atividade portuária, e que, durante mais de dois mil anos e apesar da mudança de protagonistas e oscilações diversas, não mais deixará de ser uma importante plataforma mercantil.

Esta vocação marítima excede em muito a influência direta dos seus primeiros impulsionadores, tal como se comprova pela continuidade das relações com o Mediterrâneo após o declínio do mundo fenício. Sucederam-se contactos com o mundo grego, o cartaginês e, finalmente, o romano, cuja colonização terá um grande impacto na fisionomia da cidade.

Esta clara associação ao universo mediterrânico é também evidenciada pelas diversas paternidades mitológicas que diferentes historiadores imaginaram para Lisboa, a mais conhecida das quais será a de Ulisses, o herói grego. Outras, como aquela que relaciona o topónimo da cidade – Olissipo – a Elássipo, um dos descendentes da relação entre Neptuno e Clito e presumível rei da mítica Atlântida, conforme referido por Platão<sup>20</sup>, embora de óbvia e difícil sustentação, não deixam de pôr a tónica nas influências orientais.





↑ Sedimentação prévia à Muralha de D. Dinis – horizontes de deposição fluvial aqui cortados também pela estacaria pombalina.

O domínio romano, sentido durante cerca de cinco séculos, deixará marcas indeléveis na fisionomia da então Olissipo, cujo peso na vida regional, inserida que está na província da Lusitânia, será vincado pela atribuição da categoria de *municipium civium Romanorum*, com o cognome de Felicitas Julia<sup>23</sup>.

Os efeitos urbanísticos da presença romana serão sentidos sobretudo a partir de Augusto. Este imperador e os seus sucessores foram responsáveis pela criação de infraestruturas de grande impacto urbano, como o teatro, o Criptopórtico da Rua da Prata, as Termas dos Cássios ou o hipódromo, bem como pela implantação de uma rede viária que, segundo alguns autores, apresentava uma malha ortogonal<sup>24</sup>. A cidade vive ainda um fenómeno de acrópole cujas principais edificações se restringem

à colina do Castelo, encontrando-se a zona a oeste do Esteiro da Baixa com uma densidade de ocupação mais baixa, ou com estruturas de natureza mais perecível. Na zona ocupada pelo atual Edifício Sede do Banco de Portugal, as evidências arqueológicas apontam para a presença de uma pequena enseada<sup>25</sup>, ocupada pelas flutuações das águas do Tejo e delimitada abruptamente a norte e oeste pela escarpa do monte de São Francisco – dados que confirmam o carácter de periferia para esta zona que se intuíra já a partir da centralidade observada nos registos da colina do Castelo.

Apesar de passar por oscilações conjunturais, o período romano assiste a um florescimento das indústrias piscícolas, cuja exportação se encontra comprovada em várias partes do Império Romano. Os vestígios destas atividades, essencialmente expressos em tanques de salga, as cetárias, vêm sendo revelados um pouco por toda a frente ribeirinha da colina do Castelo<sup>26</sup>, desenhando uma linha alongada que se desenvolve por parte considerável da antiga margem do rio.



Fragmento de almofariz



Fragmento de terra sigillata



Fragmento de ânfora



Os contactos de Lisboa com o exterior multiplicam-se, encontrando-se presentes na cidade artefactos oriundos um pouco de todo o império, das costas da Cilícia, atual Turquia, à Península Itálica, passando pelo Norte de África e pelo Sul de Espanha até à província da Gália.

A maior parte destes contactos encontra-se, no nosso caso, documentado pela presença de ânforas, artefactos de transporte alimentar e indicadores por excelência das dinâmicas económicas da Antiguidade. Neste campo, as escavações do Banco de Portugal permitiram exumar um conjunto significativo de materiais, onde se destacam algumas peças com marca de oleiro. Uma delas, com a marca SPERA (...), corresponde a uma produção bética, do vale do Guadalquivir, e tem a particularidade de ser um dos poucos fragmentos identificados deste produtor, SPERATVS, sendo que as outras duas bibliograficamente conhecidas foram recuperadas na costa croata e na região gaulesa<sup>27</sup>. Outro artefacto que, neste contexto de trocas de longa distância, merece atenção é um almofariz; destinado à confeção de alimentos, foi produzido no centro de Itália na primeira metade do séc. II d.C. e ostenta a marca DIONYS(I) DOM LUCIL(I), uma referência ao responsável pela produção, Dionysius, escravo de uma das mais conhecidas oficinas cerâmicas da Roma Antiga, a da família Domitius, na altura propriedade de Domitia Lucilla, mãe do futuro imperador Marcus Aurelius.

A normalização introduzida pelos romanos na cidade de Lisboa conhecerá o seu termo no séc. V d.C., aquando da queda do império e das invasões dos povos ditos bárbaros.



Peso de tear



Fragmento de dolium

- ↖ Fragmento de bordo de almofariz romano proveniente do centro de Itália. Meados do século II d.C.
- ← Fragmentos de fundo de terra sigillata, produções características de época romana utilizadas como serviços de mesa. – inv. ANF 4 (1).
- ← Marca de oleiro "SPERA(TVS)" em asa de ânfora proveniente do Sul de Espanha.
- ↑ Peso de tear de época romana.
- ↑ Fragmento de dolium, um contentor cerâmico de grande dimensão utilizado para guardar alimentos durante a época romana. Com grafito "RO (...)".

## Um passo atrás, dois em frente

O acentuado declínio do mundo romano e o enfraquecimento das suas estruturas políticas e económicas teve óbvias repercussões na realidade urbana, que, em função de tal crise, irá lentamente definhando, perdendo a pujança e o estatuto anteriormente detidos. A partir de meados do primeiro milénio da nossa era, o desmembramento do império irá abrir uma nova etapa na vida de Lisboa, pontuada pela retração de povoamento e pela desaceleração económica. A fortificação, de época tardo-romana, presente na colina do Castelo é um sinal claro dos novos tempos, expressando diferentes necessidades de defesa, decorrentes da instabilidade política e das ameaças externas que, a partir da fronteira oriental, começam a assombrar o império. Esta cerca, ainda pouco conhecida, é a antecessora da fortificação islâmica que seria erguida no séc. X, tendo sido durante muitos anos confundida com a mesma.

A rarefação do povoamento da área a ocidente do Castelo foi observada nos trabalhos efetuados no Edifício Sede do Banco de Portugal, onde, em contraponto direto com os níveis de deposição anteriores e posteriores, esta fase, entre os sécs. IV e IX-X, se encontra mal caracterizada, com uma nítida diminuição no volume de materiais exumados<sup>28</sup>.

A chegada dos visigodos e suevos ao nosso território vem então culminar um processo de implosão que, apesar das diversas reformas encetadas pelo poder imperial, mormente a partir do séc. III<sup>29</sup>, se viria a tornar inevitável. O conturbado período que se seguiu continua a ser arqueologicamente mal conhecido, podendo dizer-se que, no caso de Lisboa, e apesar da manutenção de algumas das rotas anteriores, que a ligam ao Mediterrâneo<sup>30</sup>, aparentemente se verifica uma redução considerável no volume e intensidade das fases anteriores. A crise da cidade terá passado também por um afastamento da sua pujança mercantil.

Nos inícios do séc. VIII, mais precisamente a partir de 714, Lisboa transita para o domínio islâmico, abrindo-se caminho a uma nova fase de florescimento e retornando a cidade à esfera de uma civilização intimamente ligada ao mundo mediterrânico. Até 1147, data da sua conquista por D. Afonso Henriques, Lisboa ganhará um novo fôlego e viverá um período de crescimento económico e político, transformando-se numa das mais importantes cidades do Ocidente Peninsular<sup>31</sup>. A sua nova dinâmica expressa-se de forma mais concreta no crescimento para lá do espaço restrito da colina do Castelo e na criação de duas periferias, a mais ocidental das quais vocacionada para as atividades artesanais e marítimas. São vários os vestígios recuperados na zona da Baixa Pombalina que comprovam este ressurgimento, com especial destaque para os detetados nos edifícios do BCP e do Mandarim Chinês, onde foram encontrados vários fornos cerâmicos e assinalada a importação, embora esporádica, de algumas produções de luxo.<sup>32</sup>

Nas escavações efetuadas no Edifício Sede do Banco de Portugal, os níveis de deposição fluvial da época islâmica revelam grande potência, testemunhando uma intensa atividade humana nas margens a montante do Esteiro da Baixa, que aqui desaguava: os vestígios de inúmeros artefactos de cozinha e de utilização doméstica reforçam a urbanização do espaço da Baixa em época islâmica e estabelecem um contraponto funcional direto com a fase romana, na qual a maior parte do espólio exumado se relacionava com artefactos de transporte, nomeadamente ânforas.

A cidade islâmica teria então aqui um dos seus arrabaldes, integrando uma estruturação urbana muito característica do mundo mediterrânico, bipolarizada entre um centro político, numa zona elevada, e um centro económico e mercantil nas encostas e zonas limítrofes, a alcáçova e a almedina, respetivamente, ambas protegidas por uma potente fortificação.



↑ Fragmento de cerâmica pintada de época islâmica. Muito comuns nos contextos domésticos desta época.

↑ Fragmento de talha decorada de época islâmica. A decoração corresponde a um motivo habitual neste tipo de produções.

Esta cerca, documentada bibliograficamente a partir do séc. XI e hoje dita Moura ou Velha, irá estruturar, ao longo de séculos, a zona antiga da cidade, perdurando parcialmente até à atualidade. Embora tradicionalmente lhe fosse atribuída uma fundação islâmica, sabemos hoje que ela resulta, como foi anteriormente referido, do reaproveitamento parcial de uma estrutura mais antiga, romana, sendo, portanto, a designação de Moura algo equívoca. Este pormenor terminológico não invalida, contudo, que, em época islâmica, e independentemente da data de fundação dos diversos troços, o centro da cidade se encontrasse fortificado, fazendo face às ameaças que, a partir do norte da península, se desenhavam e que conduziram a vários ataques à cidade, dos quais o mais célebre será o de Ordonho III, rei leonês, em 953<sup>33</sup>.

Na viragem do milénio, Al-Ushbuna, nome pelo qual é agora conhecida a cidade, integra-se plenamente no mundo do Al-Andalus, consolidando uma posição regional de relevo, assente num incremento de atividades económicas diversificadas onde se contam a pesca, a agricultura, a produção artesanal, o comércio e a exploração dos recursos auríferos do Tejo.

Até à conquista cristã, a cidade sentirá alguma da instabilidade por que passou o mundo islâmico nos séculos seguintes, quer durante a época das taifas, na qual se inseriu na jurisdição de Badajoz, quer com a posterior entrada em cena dos almorávidas, quer, sobretudo, com o crescimento a norte do Condado Portucalense, que, em 1147, então já Reino de Portugal, a irá anexar definitivamente.



↑ Marca de época islâmica utilizada em jogo de tabuleiro.

## Início e consolidação da nacionalidade

Grças à descrição atribuída ao cruzado Osbernus na famosa carta *De expugnatione Lyxbonensi*, escrita aquando do cerco de Lisboa, é possível conhecer com alguma nitidez a natureza do ataque das tropas cristãs em 1147, data fundamental na história da cidade. Com a sua integração no espaço português, a cidade manterá o seu percurso ascendente, que a fará ultrapassar em muito os patamares de importância regional de que desfrutara em épocas anteriores.

O crescimento extramural do arrabalde ocidental, hoje comprovado arqueologicamente, é descrito na mesma carta, onde são referidas várias casas fora da linha de fortificação<sup>34</sup>. Esta expansão urbana é, de igual modo, observável nos séculos posteriores através da instituição de quatro paróquias no espaço da atual Baixa, medida que responde às necessidades de uma população em franco crescimento<sup>35</sup>. Nesta época, o espaço do atual Edifício Sede do Banco de Portugal tratar-se-ia já de um extenso areal, refletindo o assoreamento parcial da desembocadura do Esteiro da Baixa. Nas suas proximidades, desenvolver-se-ão atividades relacionadas com a exploração do rio.

O assoreamento do esteiro, potenciado pela ação erosiva de cariz antrópico a montante, é cada vez mais uma realidade presente, sendo o canal que agora remanesce do antigo braço de rio utilizado como esgoto. Este panorama insalubre só terminará com o encanamento no século XV. Entre a conquista e a construção da Muralha de D. Dinis, datas que distam aproximadamente século e meio, Lisboa registará mudanças tanto a nível físico como político.



↑ O Cerco de Lisboa de Roque Gameiro, uma visão clássica da tomada da cidade.

Nos primeiros anos após a conquista, sucedem-se os episódios marcantes que contribuem para a estabilização da vida municipal. Entre estes contam-se o foral, em 1179<sup>36</sup>, ou, a nível simbólico, a chegada das relíquias de São Vicente, o padroeiro da cidade, ao qual ficará consagrado um importante mosteiro no arrabalde oriental<sup>37</sup> cuja construção é iniciada por D. Afonso Henriques. Este episódio releva o facto de que, em Lisboa como na generalidade dos maiores centros populacionais, a Igreja tende a assumir um papel a par das próprias instituições estatais, encontrando-se a vida municipal intimamente ligada à dinâmica comunal das paróquias, organizações que, durante os séculos posteriores, se tornarão indissociáveis da vida e da morte das respetivas populações.

Historicamente, contudo, a data mais marcante será 1256, ano em que se dá a elevação da cidade a capital do reino de Portugal, por parte de Afonso III. Este facto consagra, de forma clara, a sua importância geoestratégica no contexto da fachada atlântica e no da Reconquista, bem como as potencialidades económicas e vantagens oferecidas pelo Tejo enquanto plataforma marítima internacional.

Lisboa vai aproveitar o clima de relativa estabilidade que então se instala, continuando a expansão para oriente, ocidente e norte e urbanizando definitivamente todo o vale da Baixa, área que, em contraste com a antiga hierarquia mediterrânica, tenderá a assumir um papel preponderante, em detrimento do topo da colina do Castelo. Embora a transferência do centro de poder para a Baixa só seja simbolicamente consumada no séc. XVI, com a construção do Paço Real por parte de D. Manuel I, a sua ascensão é, desde o séc. XIII, já um facto.

O vigor comercial da cidade torna-se incontestável. Lisboa assume cada vez mais um papel fulcral na ligação entre o mundo mediterrânico, que lhe deu origem, e o atlântico, agora em franca expansão. Será o reconhecimento desta importância mercantil e das vantagens da urbe como entreposto comercial que motiva D. Dinis a proceder a uma reorganização do espaço ribeirinho, abrindo a Rua Nova dos Mercadores e fortificando a margem do rio, ações que iniciam um novo período no urbanismo da cidade baixa.

## D. Dinis, a modernização possível

O reinado de D. Dinis, o primeiro governante português a encontrar um estado com as fronteiras terrestres consolidadas a sul<sup>39</sup>, representa um importante marco na construção da nacionalidade, sendo múltiplos os campos onde a sua ação foi inovadora. Esta atividade profusa irá dar origem a vários mitos que, embora careçam de fundamentação histórica rigorosa, não deixam de refletir, de forma simbólica, o reconhecimento popular que o monarca obteve e que se estenderia muito para além da obra efetivamente realizada.

D. Dinis, cuja ação se desenvolveu pelos campos económico, político e cultural, assinalando-se neste último a criação da primeira universidade portuguesa, teve um reinado caracterizado, de igual modo, por uma afirmação do poder real perante as restantes forças sociais, nomeadamente a Igreja, cuja influência no tecido social e político era por demais evidente. Com o fim da Reconquista, D. Dinis soube compreender a necessidade de dotar o Estado de instituições e infraestruturas económicas e urbanas que permitissem estabilizar e acelerar o seu crescimento. Será neste cenário que a cidade de Lisboa receberá, no final do séc. XIII, e pelos padrões da época, importantes melhoramentos.

Numa resposta às novas necessidades criadas pelo desenvolvimento económico da cidade, que dificilmente poderiam ser satisfeitas pela estruturação herdada da ocupação islâmica e romana, cristalizada num modelo



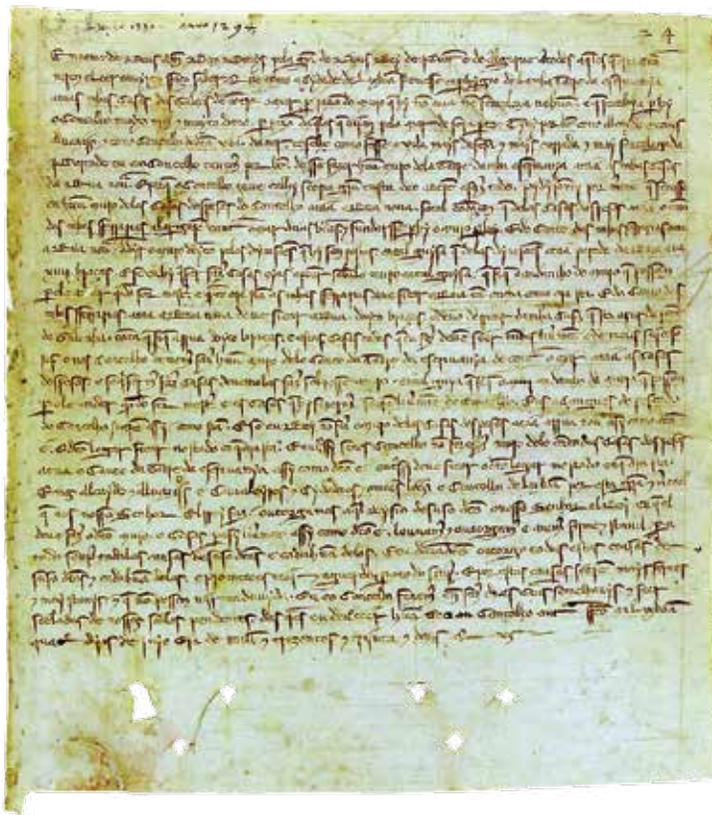
↑ Retrato D. Dinis, um monarca empreendedor com uma vasta e reconhecida obra, incluindo a muralha da Ribeira.

urbanístico complexo, de ruas estreitas, ondulantes, desenhadas segundo a disposição do relevo e de difícil trânsito, a Rua Nova dos Mercadores é a face mais visível da ação de D. Dinis<sup>38</sup>. Nasce então uma rua ampla, com mais de duzentos metros de comprimento<sup>39</sup>, direita, de fácil circulação, ladeada por lojas e arcadas onde comerciantes nacionais e estrangeiros exerciam a sua atividade. Sintomaticamente, a nova e importante artéria desenvolve-se paralela ao Tejo, aproveitando a planície que o assoreamento progressivo do esteiro e da margem norte do rio havia deixado.

Neste movimento de relativa modernização do espaço urbano, que também se prolongará pelos reinados dos sucessores de D. Dinis, assistirá, de igual modo, à definição de grandes espaços de concentração pública, as praças, que, em conjunto com as novas vias, definem o esquema circulatório da Baixa até à atualidade. A Rua Nova dos Mercadores, a Rua dos Ourives do Ouro, a Praça do Rossio, a norte, e o Terreiro do Paço, a sul, estabelecerão os principais eixos de comunicação medievais e modernos, cuja lógica urbanística será aperfeiçoada com a reconstrução pombalina.

À sua volta, contudo, ainda proliferam os becos, as vielas, as passagens estreitas, sendo várias as situações que relativizam o impacto das medidas de melhoramento urbano e denunciam, em muitos casos, o caráter episódico e desarticulado das medidas adotadas. No entanto, as sementes para uma nova fase da vida da cidade estavam lançadas.

Em suma, nos cento e cinquenta anos que se seguiram à conquista da cidade o arrabalde ocidental torna-se um importante centro mercantil, afastando-se, contudo, da proteção que a Cerca Velha conferia. Nesta zona ribeirinha fervilhante, são referidos já no século XIII vários equipamentos navais, as famosas Casas das Galés<sup>40</sup>, de que nos fala a carta de fundação da muralha de 1294, e algumas indústrias como as Ferrarias<sup>41</sup>, bem como várias atividades comerciais relacionadas com o quotidiano das populações.



← Carta de contrato da Muralha de D. Dinis.

Com o aumento de riqueza surgiram, contudo, os expectáveis problemas de segurança, de tal forma que entenderam o rei e o município ser necessário reforçar a frente meridional da cidade baixa. Em face do potencial perigo que as incursões oriundas do Tejo poderiam causar, pretendia-se agora garantir a defesa da área que fora sendo conquistada ao rio. A carta de fundação da muralha é clara neste aspeto, referindo que por essa zona «(...) recebya per hy o Concelho muyto mal e muyto dano, per razõ daq(ue)les q(ue) vi(nh)am pelo mar de fora (...)». E é nesta Lisboa, ainda presa ao passado medieval mas em processo acelerado de expansão, agitada e cobiçada, que, no ano de 1294, nascerá uma nova fortificação na Ribeira, a que hoje chamamos de D. Dinis.

## Uma muralha nova (mas não por muito tempo)

Os trabalhos arqueológicos de 2010-2011 permitiram pôr a descoberto, pela primeira vez num ambiente científico controlado, um importante troço da Muralha de D. Dinis, composto por dois segmentos atualmente separados<sup>42</sup>.

O primeiro destes segmentos, o mais longo, foi encontrado sob o saguão do atual Edifício Sede do Banco de Portugal, numa extensão aproximada de 41,5 metros. O segundo, mais curto, com cerca de 2,8 metros, foi detetado na zona do deambulatório da Igreja de S. Julião. Originalmente, ambos compunham uma única estrutura, devendo-se a sua separação atual a um corte realizado no final do séc. XVIII / início do séc. XIX, aquando da reconstrução pombalina, mais concretamente durante a implantação das fundações da Igreja de S. Julião. Os segmentos de muralha que foram identificados não apresentavam aberturas nem vestígios de zonas de passagem

↓ Alçado sul da Muralha de D. Dinis.  
Ao fundo, a atual parede  
da Rua de São Julião.



originais, associáveis ao seu tempo de vida inicial. Os cortes que possuíam resultam de ações muito posteriores à sua fundação, a maior parte dos quais efetuados bastante depois do abandono da estrutura, em momentos em que esta se encontrava completamente coberta pelos edifícios atuais.

A muralha é composta por dois volumes verticais diferenciados: um superior, o corpo visível durante o seu tempo de vida, com cerca de 1,5 a 1,6 metros de espessura; e um inferior, a sapata, mais irregular, destacando-se assimetricamente da base do primeiro, cuja largura atingiu, em certos pontos, os 2,7 metros.

No corpo superior, do qual se observou a face sul e o topo, foram identificadas algumas alterações na fisionomia original que denunciam as mudanças sofridas ao longo de cerca de cinco séculos e meio de utilização.

A muralha fora feita originalmente com recurso a uma cofragem simples, cujas faces seriam depois rebocadas de forma grosseira. Os atuais cortes no interior da estrutura, visíveis na galeria museológica, nomeadamente junto à entrada e ao poço pombalino, permitem compreender melhor esta técnica construtiva. Esta assentava na deposição sucessiva de fiadas horizontais de blocos de pedra, como calcarenitos, calcários margosos e calcários fossilíferos obtidos localmente, que foram depois recobertos por argamassa de areia e cal com muitos inertes incluídos, maioritariamente cerâmicas e telhas esmagadas e ossos.

A ausência de tijolo maciço e a rarefação de calcários cristalinos e microcristalinos configuram, de igual forma, uma situação recorrente no miolo original, pelo que a presença de eventuais manchas de tijolo na estrutura estará relacionada com reconstruções mais recentes e não com os momentos de fundação. No corte junto à entrada da galeria museológica da Muralha de D. Dinis, observam-se estes fenómenos que, aliás, corroboram a extensa documentação produzida aquando do desmonte científico de parte da estrutura em 2010, data em que se efetuaram e registaram diversos seccionamentos.



- ↑ Muralha de D. Dinis. Alçado na zona do saguão com reconstrução em tijolo no topo.
- ↑ Cabo de madeira com decoração geométrica. De época medieval, tem a particularidade de ter sido encontrado no miolo da Muralha de D. Dinis.
- Vista da Muralha de D. Dinis, à esquerda, e da fundação pombalina com estacaria na base, à direita, no saguão.



Em termos históricos, esta identificação parcial do traçado da Muralha de D. Dinis permitiu vislumbrar a parte intermédia de uma longa cortina de pedra entre a cidade, a norte, e o Tejo, a sul, orientada paralelamente ao eixo da Rua Nova dos Mercadores, via de circulação fundamental no séc. XIV. A natureza das extremidades da fortificação continua, no entanto, a suscitar dúvidas de diversa ordem, em função, sobretudo, da escassa informação documental existente.

Antes de mais, sublinhe-se que tanto o processo de construção como a própria vida da muralha enquanto elemento urbano ativo se revestem de várias peculiaridades, algumas das quais apenas entendíveis quando contextualizadas histórica e funcionalmente; nesta análise, os limites são impostos pela ausência de registos escritos prévios à implantação da fortificação.

Começando pela natureza do traçado, é necessário referir que, ao invés das restantes fortificações de Lisboa, esta muralha era composta de um único troço, de feição retilínea, não cercando totalmente nenhuma área. Este facto pode associar-se à necessidade prioritária de defender apenas as margens desprotegidas do Tejo, em particular a Rua Nova dos Mercadores, alvo preferencial dos ataques exteriores.

Ao não delimitar o perímetro da cidade, mas criando apenas um dique na zona baixa, é possível presumir-se que as eventuais incursões poderiam ser obstaculizadas simplesmente pela colocação de uma barreira física e, assim sendo, que os expectáveis ataques teriam um carácter pouco estruturado e efémero. Num ataque em larga escala, com cerco, a zona norte estaria completamente desprotegida, sendo a criação de uma barreira física a sul pouco ou nada eficaz. Este problema apenas será resolvido com o gigantesco investimento feito na Cerca Fernandina.

Poder-se-ia, de igual modo, encarar esta situação de um ponto de vista exclusivamente financeiro. A construção de uma muralha implica custos avul-



↑ Torre de osso de época medieval. Integrou a parte superior de uma peça de xadrez ou de uma roca de fição.

tados, com eventuais problemas de investimento, e, quanto maior for a sua extensão, maiores serão, naturalmente, os encargos a suportar. Relembre-se então que os custos de construção desta muralha foram inicialmente repartidos entre o rei e o município<sup>43</sup>, em função da incapacidade deste último de suportar todos os custos, situação que D. Dinis refere de forma clara na carta de fundação da Muralha: «(...) *E porq o Concello teve ca lhy seeria grã custa de o avere a fazer todo pydyromy por mercee q fezesse eu huu muro (...)*».

Por outro lado, a sua substituição pela referida cerca de D. Fernando passados apenas 80 anos, em 1373-75, não deixa de lhe conferir um tempo de vida curto enquanto estrutura defensiva. Este fenómeno entender-se-á à luz das questões geoestratégicas de uma época marcada pelo clima de disputas com Castela. Já no séc. XIV, as tropas castelhanas chegaram a cercar Lisboa, pondo a descoberto a necessidade de defender os arrabaldes entretanto construídos fora dos perímetros amuralhados, tanto o oriental como o ocidental.

Ainda no que à defensabilidade concerne, será importante recordar que o acordo de construção da muralha envolveria, à partida, dois intervenientes, um régio e o outro municipal, sendo o rei responsável pela construção da parte ocidental e o município pela oriental. Se a construção da primeira é um facto consumado, evidenciado nas escavações arqueológicas, restam muitas dúvidas quanto à efetiva edificação do lado oriental, facto ao qual não será alheia a ausência de penalidades por incumprimento do acordo<sup>44</sup>, medida que diríamos pitoresca mas cujo espírito perdurará até momentos bem recentes. A serem verídicos o incumprimento do município e a não construção da parte oriental, a própria capacidade defensiva da restante muralha seria posta em causa e aconselharia a sua substituição.

Um dos termos por que a Muralha de D. Dinis será conhecida nos séculos seguintes à sua fundação, o Muro Velho<sup>45</sup>, revela um envelhecimento precoce e uma perda de importância a nível defensivo que, pensamos, em muito terá contribuído para o seu apagamento no registo histórico.

## Entre duas muralhas

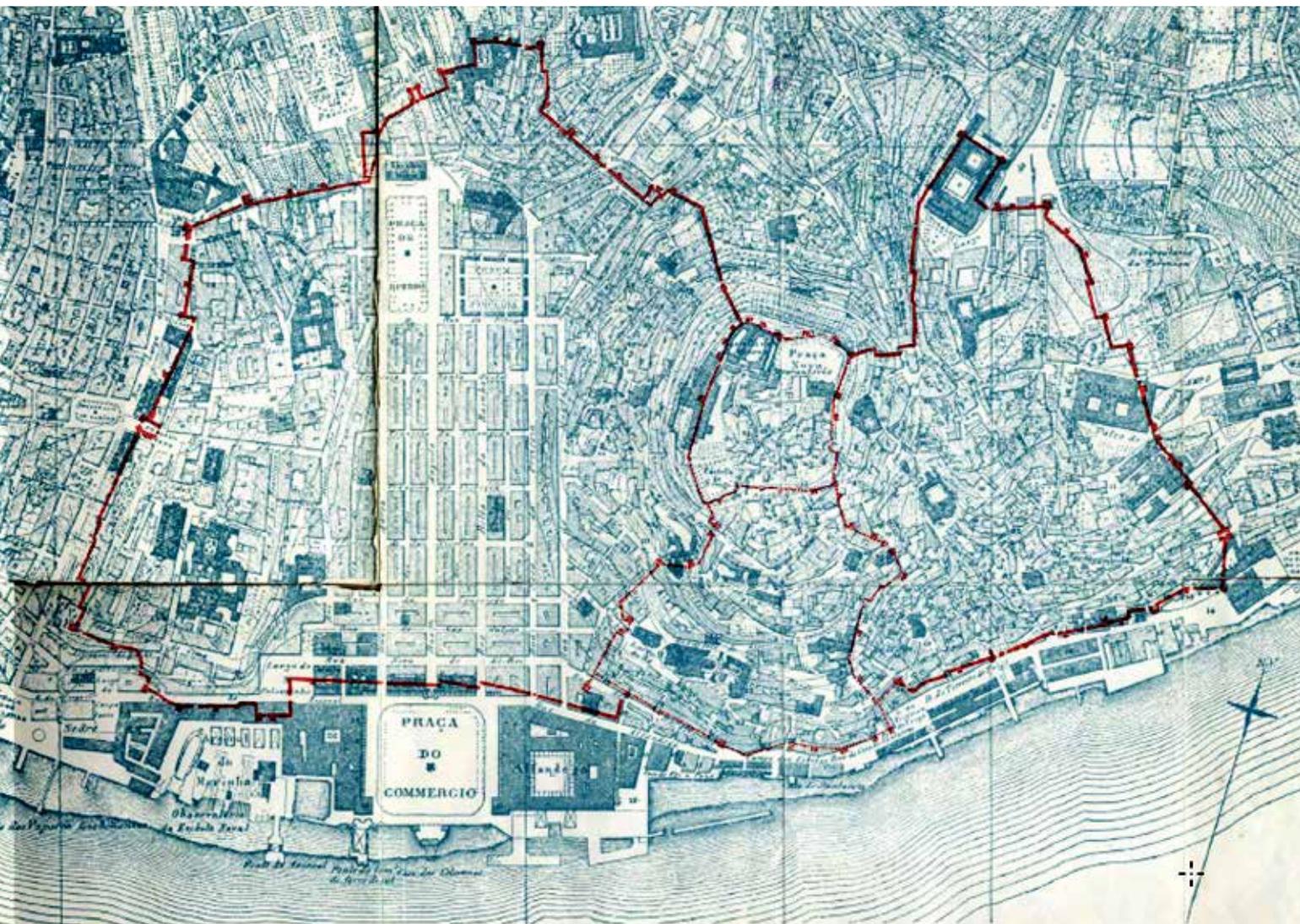
A zona onde se irá instalar o troço ocidental da Muralha de D. Dinis corresponde a um espaço que, através de assoreamentos progressivos, a cidade fora ganhando ao Tejo. A própria construção da fortificação, funcionando como um obstáculo à entrada das águas do rio, permitiu cimentar o gradual recuo das margens.

Nos trabalhos arqueológicos, foi possível observar que a grande vala de fundação desta estrutura cortou os sedimentos aluvionares que, desde a época romana imperial, aqui se vinham depositando, encontrando-se o topo da sapata da Muralha de D. Dinis a um nível altimétrico que deve

↓ Estratigrafia associada à fundação da Muralha de D. Dinis, no lado direito. À esquerda, a estacaria pombalina da fundação da Igreja de S. Julião.

→ Planta da Cerca Fernandina. Contrariamente à anterior Muralha de D. Dinis, esta estrutura delimita todo um perímetro urbano.  
*A Cerca Fernandina – A. Vieira da Silva.*





A Muralha de D. Dinis e a Cidade de Lisboa

ria corresponder ao da praia do final do séc. XIII. Não foi possível verificar fidedignamente a existência, neste espaço concreto, de urbanismo anterior, sendo que os dados arqueológicos apontam para que a existência de habitações/ espaços domésticos na encosta mais a norte fosse já um dado adquirido.

No espaço onde se irá construir esta extremidade ocidental da muralha, surge imponente a encosta de São Francisco, que, desde épocas remotas, terá protegido as embarcações aqui aportadas. Nestas imediações, haviam sido erguidas anteriormente as Casas das Galés de D. Dinis, edificações às quais a muralha se viria a encostar e que marcariam assim o seu limite ocidental, facto depreendido do texto da carta de contrato de 1294. Infelizmente, para estas Casas das Galés a documentação é escassa, desconhecendo-se a sua localização precisa e fisionomia, carência que deixa em aberto várias interpretações quanto à sua real natureza.

Neste ponto, e sobretudo pela referida falta de dados históricos, são várias as dúvidas que se levantam. As limitações da escavação arqueológica, cujos dados fidedignos para esta época surgem, na sua esmagadora maioria, a norte da muralha, não permitiram que se colmatasse tal lacuna. Assim sendo, e enquanto novas provas não estiverem disponíveis, será provável que estas Casas correspondessem a uma simples estrutura de armazém para proteção das embarcações. Após a construção da muralha, em 1294, e da respetiva fortificação do espaço, receberiam o nome de tercenas. No espaço a sul, não foram encontradas nenhuma evidências de paredes ou muros de alvenaria claramente anteriores à própria muralha, existindo apenas algumas irregularidades na sapata que poderão corresponder à parte remanescente de uma torre e de duas paredes, pertencentes já ao complexo das tercenas. Estas estruturas serão coevas, a nível de fundação, da própria muralha, como, aliás, atesta o facto de se encontrarem todas imbrincadas.



↑ A atividade frenética de construção naval na Ribeira na conceção de Martins Barata.

O termo *tercena* é um dos pontos centrais neste campo. Derivado do árabe *dār al-sinā'a* ou do persa *ters* (navio) e *hane* (casa), designava os edifícios cobertos e fortificados que, na Idade Média e Moderna, foram utilizados como oficinas e armazéns de material associado ao comércio marítimo e à construção naval, e, pelos dados atualmente conhecidos, é referido nesta área apenas na documentação posterior à data de construção da muralha.

Este facto poderá implicar que o topónimo refletiu precisamente a mudança da natureza construtiva daquelas instalações ocorrida em 1294, consubstanciada num

processo de fortificação de uma área que, até essa data, não possuía nenhuma defesa muralhada perante ataques vindos de sul. É, no entanto, uma suposição difícil de comprovar, tanto mais que a normalização da língua portuguesa não era, à data, uma realidade e, portanto, as questões terminológicas devem ser encaradas com muitas reservas.

A hipótese defendida por alguns autores de que o troço atualmente visível se trataria antes de uma preexistência, mais precisamente uma muralha que integraria essas mesmas Casas e que depois seria absorvida pela construção de 1294, embora seja uma das leituras possíveis da escassa documentação arqueológica disponível, carece, contudo, de fundamentação física e apresenta algum desfazamento com dados entretanto obtidos.

Independentemente desta problemática, e tendo em consideração que as referidas Casas das Galés, fortificadas ou não, são igualmente, e com gran-

de grau de probabilidade, obra de D. Dinis, a atribuição a este rei da construção do troço agora descoberto é, em todo o caso, a opção mais acertada.

Concretamente, temos então que, após 1294, o troço atualmente visível, em conjunto com a restante Muralha de D. Dinis, se tornaria o limite norte de uma zona ribeirinha cujo areal, mais alargado a oeste, passará a funcionar como um vasto estaleiro, substituindo progressivamente as antigas estruturas orientais da Ribeira Velha, situadas no que são hoje as freguesias da Madalena e da Sé<sup>46</sup> e testemunhadas já no tempo de D. Sancho II, em 1237<sup>47</sup>.

A norte da muralha, por seu turno, nos inícios do séc. XIV irá ser desenhada uma artéria conhecida por Rua da Judiaria Nova, que, paralela à fortificação dionisina, a utiliza como limite meridional. Esta rua, de pequena dimensão, foi confirmada pelos trabalhos arqueológicos, sendo registado o seu percurso em cerca de onze metros, com uma largura média constante de cerca de quatro metros. Desenvolvia-se entre a muralha, a sul, e uma banda de prédios, a norte, dos quais foram identificados os alicerces e o arranque de algumas paredes.

Refira-se a semelhança entre os aparelhos de todas as estruturas, incluindo a muralha, dado que nos permite caracterizar o modelo e a matéria-prima utilizada nas construções ribeirinhas locais de forma muito precisa. A partilha deste modelo construtivo, assente em alvenarias de pedra explorada localmente, possivelmente nas encostas em redor, permitirá antever um projeto prévio de urbanização executado num espaço de tempo relativamente curto, condizente com os documentos que deste reinado se vão conhecendo.

A mudança dos judeus para esta zona, oriundos precisamente da zona da Madalena, nas proximidades das instalações navais anteriores a D. Dinis, compreende-se à luz da sua relação próxima com as atividades marítimas, sendo que esta comunidade era responsável por várias tarefas auxiliares na construção e equipamento naval, nomeadamente o fornecimento de âncoras.

→ Construções medievais associadas à Rua da Judiaria. Em primeiro plano uma parede perpendicular à Muralha de D. Dinis. Em fundo, o tardo de um dos edifícios.



Neste quarteirão de grande dinâmica populacional<sup>48</sup>, a banda de prédios que identificámos na Rua da Judiaria Nova era delimitada a norte pela Rua do Morraz, artéria que, por sua vez, se situava no enfiamento da Rua Nova dos Mercadores, prolongando-a para oeste. A separação entre ambas era efetuada pelo que ainda restava do antigo Esteiro da Baixa nos sécs. XIV e XV, possivelmente já um rego de pequena dimensão.

Devido às semelhanças de eixo entre a Muralha de D. Dinis, que irá estruturar todo este espaço até 1755, e a malha pombalina que deu origem aos edifícios de hoje em dia, tanto o percurso da Rua da Judiaria Nova como o da Rua do Morraz podem ainda hoje ser discernidos sob os arruamentos atuais. A Rua do Morraz encontrava-se aproximadamente sob a Rua de São Julião, um pouco descentrada para norte, enquanto o percurso da Rua da Judiaria Nova se desenvolvia paralelamente ao do atual saguão do Edifício Sede do Banco de Portugal, pelo seu lado setentrional.

Nas imediações da atual esquina nordeste do quarteirão do Edifício Sede do Banco de Portugal, a ligação entre a Rua do Morraz e a Rua Nova dos Mercadores, ou seja, entre as duas margens do Esteiro da Baixa, era assegurada na Idade Média por uma ponte, denominada Galonha, que irá sobreviver até ao encanamento do que restava desse curso de água. Este episódio, mais em termos simbólicos que funcionais, irá corresponder ao fim de um longo ciclo em que um braço de rio separava a Baixa lisboeta em duas áreas díspares, marcando definitivamente o impacto humano nesta paisagem.

Encontrando-se agora reunida numa única plataforma, a Baixa pré-pombalina, embora continue a crescer e a renovar-se continuamente até ao terramoto de 1755, carecerá sempre de um plano global que promova uma real mudança do paradigma urbano, acumulando indistintamente edificações mais ou menos sumptuosas sem uma lógica de enquadramento claramente definida.

## Lisboa, a cidade-ponte

Após a construção da Muralha de D. Dinis, entre o séc. XIV e meados do séc. XVIII são vários os episódios que comprovam a progressiva valorização económica, política e cultural de Lisboa, num percurso ascendente que irá refletir a transformação de uma cidade medieval de nível regional no centro de um império à escala global. Esta urbe cada vez mais agitada continuará, contudo, a ser pontuada por assimetrias e desigualdades, verificando-se que, juntamente com os palácios majestosos e as igrejas sumptuosas, convivem a insegurança, a insalubridade e a miséria, facto testemunhado por muitos dos visitantes que frequentavam a cidade<sup>49</sup>.

Numa primeira fase, a do século XIV e do seu complicado contexto, os efeitos da crise que atingiu na altura toda a Europa não causarão um impacto demasiado profundo no tecido da cidade, pois ainda no século seguinte esta prosseguirá um caminho ascendente, agora enquadrado com o fenómeno dos Descobrimentos. Deste séc. XIV ficará a construção de uma última cerca, a Fernandina, um esforço hercúleo que delimita tanto a parte velha, incorporando as antigas fortificações, como os arrabaldes ocidentais, orientais e da zona do Rossio.

Na cidade, o crescimento havia sido acompanhado pela multiplicação de paróquias e pela construção de igrejas, tais como o templo original de S. Julião, destruído em 1755, refletindo muitas delas um paralelismo entre a natureza da comunidade local e o simbolismo hagiográfico. Com a reconstrução pombalina, o local de implantação desta igreja seria alterado, sendo a nova construída a sudoeste da original e dando mais tarde origem ao espaço que hoje alberga o Museu do Dinheiro.

Na viragem para o séc. XV, contabilizam-se mais de duas dezenas de paróquias em Lisboa. A elevação a metrópole eclesiástica chegará em bula de

1394, reconhecendo não só a importância que a Igreja detém agora na capital do país, mas também o próprio relevo de Lisboa na esfera do Vaticano. A partir desta data e no campo de afirmação religiosa, a capital passa a competir apenas com Braga, cujo estatuto histórico lhe garantirá, até 1716, um lugar de primazia no panorama ibérico.

Nos séculos seguintes, com o país governado pela nova dinastia, saída vencedora da crise de 1383-1385, a vida da zona ribeirinha terá uma dependência estreita do comércio marítimo. A preponderância que este assume na vida económica do reino cresce de tal forma que, no início do séc. XVI, com D. Manuel I, um novo palácio real será construído na Ribeira, numa área que os aterros sucessivos foram conquistando ao Tejo, marcando definitiva e simbolicamente a mudança do centro de poder do alto da colina do Castelo para a Baixa, espaço onde, aliás, ele já se encontrava em termos práticos.

Este novo e, para os padrões da época, importante palácio irá ocupar parcialmente o espaço onde se haviam instalado as terças do séc. XIV, sendo, tal como estas, limitado a norte por um troço da antiga Muralha de D. Dinis. Desta forma, esta fortificação continua ligada, ainda que indiretamente, à evolução urbana da cidade. Nas escavações arqueológicas de 2010-2011, foi possível identificar uma forte atividade arquitetónica associada à face sul da dita muralha, com a construção de vários edifícios que corresponderão às traseiras dos antigos Paços Reais. Os negativos destas paredes, entretanto desmontadas, podem ainda ser observados na galeria museológica.

Contrariamente ao sucedido na primeira fase de vida da muralha, em época tardo-medieval, onde as suas faces se encontravam revestidas apenas por um reboco grosseiro, as paredes do Palácio Real da Ribeira apresentavam superfícies mais elaboradas. Na galeria museológica, observam-se três realidades: junto à entrada, encontra-se um reboco de areia e cal, regularizado à superfície, cuja cor original, o branco, foi escurecendo com o decorrer



↑ Azulejo hispano-mourisco produzido no sul de Espanha nos inícios do século XVI. Poderá ter revestido um compartimento do Paço Real da Ribeira.

↑ Estruturas de tijoleira associadas à segunda fase de vida da Muralha de D. Dinis, possivelmente integráveis no Paço Real da Ribeira. A parte vertical encontra-se conservada na galeria museológica.

do tempo, adquirindo os atuais tons cinzentos e esverdeados; na parte central, detetou-se uma divisão revestida ceramicamente, com a particularidade de utilizar, na parede, o mesmo tipo de ladrilho que no pavimento; no fundo da galeria, finalmente, descobriu-se uma banda de óxido de ferro junto à então superfície de circulação. Todas elas têm a sua data de construção balizável nos sécs. XVI-XVIII.

As bases destas três realidades definem uma linha altimétrica regular correspondente aos níveis de circulação do Paço Real, situados algumas dezenas de centímetros acima dos pisos mais antigos, próximos do topo da sapata da muralha. O espaço entre ambos encontrava-se aterrado com diversos sedimentos resultantes da atividade humana nessa área.

Uma reconstrução mais recente, ainda no contexto do Paço Real, é visível num remendo de tijolo colocado no topo conservado da estrutura, junto à entrada da galeria. Esta reconstrução respeitou a linha do paramento, pelo que se presume que este estaria ainda activo, integrado no palácio régio.

A este Paço Real esteve associada, ainda durante o reinado de D. Manuel I, a Casa da Índia, cujo fulgor do comércio transatlântico que agora ligava Lisboa à Ásia obrigou a sucessivas ampliações<sup>50</sup>. Estas remodelações refletiram, de forma concreta, a tradicional falta de planeamento, onde a natureza dos arranjos urbanísticos é de carácter eminentemente conjuntural<sup>51</sup>.

Independentemente dos problemas levantados pela expansão desmedida do império e pela crescente concorrência externa, Lisboa encontra-se transformada numa enorme plataforma giratória, ancorada num palácio real que sintomaticamente se debruça sobre o Tejo, e vive um período de fulgor absoluto em que as avultadas receitas do comércio de longa distância permitem ocultar os défices estruturais de gestão. Um sintoma claro destas debilidades encontra-se no facto de o primeiro banco português ter sido criado apenas no século XIX<sup>52</sup>.

Nas escavações arqueológicas do Edifício Sede do Banco de Portugal, as evidências de contactos intercontinentais foram descortinadas na presença de vários objetos, tais como fragmentos de porcelana chinesa, primeiramente importada pelos portugueses e cuja moda rapidamente se alargou ao Norte da Europa, onde os holandeses tenderão a centralizar o seu comércio.



No séc. XVI, Lisboa é, cada vez mais, uma ponte global por onde passam pessoas, produtos e ideias, tornando-se um centro cosmopolita e heterogéneo cuja população atingirá, segundo levantamentos da época, os cem mil habitantes<sup>53</sup>, uma percentagem dos quais são estrangeiros seduzidos pelos lucros do comércio ou forçados pela escravatura que, em parte, o suporta. No fundo, trata-se cada vez mais de «*uma grande cidade de muitas e desvairadas gentes*», como, já no início do séc. XV, havia referido Fernão Lopes<sup>54</sup>. Na freguesia de São Julião, onde se situa o troço da Muralha de D. Dinis que estudamos, a estimativa aponta para as seiscentas e cinquenta e quatro



- ↖ Fragmento de porcelana chinesa da Dinastia Ming. Poderá ter pertencido aos serviços do Paço Real da Ribeira.
- ↑ Pormenor de biombo namban, testemunhando os contactos portugueses com o Extremo Oriente.
- ← Planta de Lisboa por G. Braunius integrada na obra *Civitates Orbis Terrarum* de 1572. Este modelo de representação da cidade será amplamente repetido nos dois séculos seguintes.
- *Theatrum Orbis Terrarum* de A. Ortelius de 1570. Uma representação moderna do mundo que denuncia a substituição do Mediterrâneo pelo Atlântico como centro de poder e o trânsito de Lisboa da periferia romana, expressa no mapa de Agrippa, para um lugar de destaque.



A Muralha de D. Dinis e a Cidade de Lisboa

casas<sup>55</sup>, algumas das quais encostadas, seguramente, ao paramento da fortificação, que, embora desligada da sua função original, condiciona ainda o espaço urbano.

O crescimento económico não é acompanhado, no entanto, pela modernização e desenvolvimento estrutural do país. O brilho de Lisboa e do Império Português tenderá a esbater-se no final do séc. XVI e, como consequência direta, ambos passarão a fazer parte do reino espanhol. O ano de 1580 marcará a anexação de Portugal a Espanha, culminando uma sucessão de más governações, a mais paradigmática e estranhamente saudada das quais é a de D. Sebastião.

Lisboa enfrenta agora dois desafios: pela primeira vez desde 1259, perde o estatuto de capital do reino e, simultaneamente, vê o seu principal motor económico, o comércio, enfraquecido pela concorrência das potências do Norte da Europa. Neste período, a cidade ficará marcada sobretudo pela remodelação do Paço da Ribeira ordenada por Filipe III de Espanha, II de Portugal, cujo resultado mais saliente será a construção de um novo torreão.

Reconquistada a independência em 1640, Lisboa reassume o seu papel de capital de um império que, alicerçado na remessa de volumes assombrosos de ouro do Brasil, vive uma segunda fase de apogeu. A face mais visível deste novo fôlego é D. João V e o seu desejo de converter Lisboa numa das mais importantes e vistosas cidades europeias, ficando o seu



- ↑ Vista de Lisboa por G. Bodenehr. A ligação do Tejo à cidade é reforçada pelo autor que coloca o rio em primeiro plano e evoca a intensa atividade nele desenvolvida.
- ↑ Vista de Lisboa com o Terreiro do Paço em primeiro plano. Desenho de J. B. Lavanha efetuado aquando da visita de D. Filipe II a Lisboa.

reinado marcado pelos muitos e onerosos projetos com que tenta engrandecer Lisboa, uns concretizados, outros não.

Dos concretizados, a faustosa Igreja Patriarcal, surgida em função da remodelação da Capela do Paço Real, assume-se como um dos mais importantes, tendo sido detetada uma grande parcela da planta nos trabalhos arqueológicos de 2010-2011. O luxo e o aparato nela existentes causaram profunda admiração aos cronistas da época<sup>56</sup> e representam um dos momentos altos da atividade construtiva em Lisboa entre meados dos sécs. XVII e XVIII. Aos poucos, a cidade vai sofrendo algumas reorganizações, urbanas e ao nível da legislação.

A construção desta igreja implicou a destruição parcial da extremidade ocidental da Muralha de D. Dinis, fortificação que, aos olhos dos governantes da época, representaria pouco mais que um obstáculo, de relevo mínimo, cuja eliminação plausivelmente contribuiria para a modernização da cidade. Com a Igreja Patriarcal, D. João V pretende vincar precisamente esta ideia de renovação, contrapondo uma Lisboa Nova, moderna, opulenta e arejada a uma outra, a Lisboa Velha, medieval, caótica. O espaço indicado para esta Lisboa Nova seria, sem dúvida, a planície da Baixa e a zona ocidental, onde as ruas largas poderiam conviver com grandes construções ao mais moderno estilo europeu. A cisão da diocese de Lisboa em 1716 reflete literalmente esta ambição, repartindo a cidade entre a diocese oriental, a da Sé, e a ocidental, mais recente, a da Igreja Patriarcal<sup>57</sup>.

Os intentos de D. João V, no entanto, não se consumam na plenitude da sua ambição e, diga-se, vaidade. Apesar da marca que deixaram, sentida sobretudo no complexo palatino da ribeira e na zona envolvente, a cidade herdada pelo seu sucessor, D. José I, ainda está distante dos ideais iluministas. Em 1755, ainda convivem com as novas e magnânimas obras, tal como o novo teatro, infelizmente inaugurado pouco antes do terramoto, múltiplos testemunhos de uma



cidade antiga que alguns apelidavam de teia medonha<sup>58</sup>. Mais do que a vontade de um rei ou do que a riqueza aportada pelo ouro do Brasil, para a renovação total da Baixa Pombalina será necessária a força incontrolável da natureza.

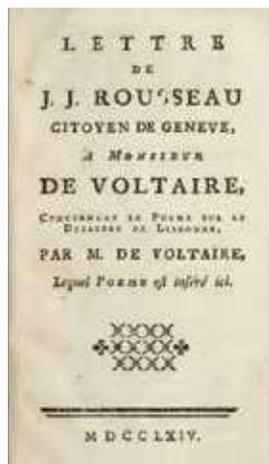
↑ Vista do Paço Real da Ribeira por Francisco Zuzarte.



↑ Vista das ruínas da Igreja Patriarcal. Integra uma coleção de imagens que expressam toda a devastação causada pelo terramoto.

J.P. Le Bas em 1757.

➤ Frontispício da carta escrita por Rousseau a Voltaire. As ondas de choque do terramoto de 1755 fizeram-se sentir de diversas formas. No mundo intelectual e religioso, o cataclismo provocaria acessos de debates entre alguns dos maiores vultos da época.



## O terramoto de 1755. "Um civilisador à bruta"<sup>59</sup>.

O grande cataclismo de 1 de novembro de 1755 não foi o primeiro, nem, infelizmente para as futuras gerações, terá sido o último a atingir Lisboa. Antes dele encontram-se registadas diversas ocorrências, de maior ou menor amplitude, que ciclicamente atingiram a cidade. Contudo, o impacto destes episódios nunca atingira a dimensão trágica e universal que o de 1755 irá ter.

Em conjunto com a extrema violência do abalo, será a conjuntura de factos que ocorrem durante e após o dia 1 de novembro que irá transformar esta catástrofe num dos primeiros desastres mediatizados a nível global, criando-se, a partir desse momento, todo um imaginário que ainda hoje perdura. A notícia da destruição inapelável de uma capital rica, opulenta, dinâmica e profundamente religiosa, para mais num dia santo, não deixou de provocar leituras diversas, amplificando os ecos da catástrofe e suscitando polémicas como aquela nascida entre Voltaire e Rousseau em torno deste episódio<sup>60</sup>.

Na Muralha de D. Dinis, então integrada no Paço Real, o impacto terá sido sentido sobretudo na parte superior da estrutura, entretanto desaparecida. Na sapata e na base da parede, são escassos os vestígios do abalo, fenómeno que se deverá ao facto de parte delas se encontrar já debaixo dos sucessivos aterros decorrentes da atividade urbana dos sécs. XIV a XVIII. Uma pequena fissura que atravessa diagonalmente quase toda a estrutura foi entretanto detetada e poderá corresponder ao único vestígio dos efeitos do terramoto de 1755 na Muralha de D. Dinis; atualmente, encontra-se visível junto à entrada da galeria museológica. À destruição e ao caos que se sucederam responderam as autoridades, encabeçadas pela figura do Marquês de Pombal, de forma expedita e extensamente docu-



mentada. A oportunidade de pôr em prática todo um novo paradigma urbano para a Baixa, cujos esboços e princípios vinham a ser elaborados desde o reinado de D. João V, não será enjeitada e a equipa liderada pelo experiente Manuel da Maia, coadjuvado por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, inicia então a revolução arquitetónica que dará origem à zona agora conhecida por Baixa Pombalina.

Nasce finalmente um projeto global e estruturante. O velho emaranhado medieval e moderno é substituído por uma arquitetura rigorosa, organizada geometricamente em ruas largas e quarteirões homogéneos. A própria arquitetura religiosa é forçada a reger-se pelos padrões civis, sinal dos tempos e do poder (do Marquês) de D. José. A Baixa evolui entre dois grandes espaços abertos: a nova Praça do Comércio, a sul, e o Rossio, a norte. A primeira substituiu o antigo Terreiro do Paço, topónimo que a memória popular tratará de manter, subsistindo obstinadamente até à atualidade.

A renovação pombalina não se limita à vertente estética e à problemática da circulação. A própria engenharia é pensada por forma a minimizar o impacto de futuras catástrofes, construindo-se edifícios sismologicamente eficazes assentes em estruturas de madeira, a famosa estacaria pombalina, da qual se identificaram numerosos exemplares nas escavações arqueológicas de 2010-2011.

A construção de poços, de modelo preestabelecido, é, também ela, uma recorrência no interior dos prédios pombalinos, numa tentativa de prover os quartei-

↳ Retrato do Marquês de Pombal por Joana Salitre.

↳ Um futuro alternativo – Uma das propostas de reconstrução da Baixa preteridas em função da atual.

↑ Estacaria pombalina nos edifícios de sacrifício.

→ Planta (quase definitiva) da reconstrução pombalina por E. Santos e C. Mardel. A planta da Igreja de S. Julião seria ainda redefinida.



*Praça de São*

*Cemeterio de S. Domingos*

*Hospital Real*

*Armad. Real. de M. de S. Carlos*

*M. de S. Carlos*

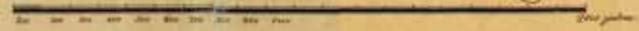
*Praça de Comercio*

*Armad. de S. Carlos*

*Riv. de*

*Lube*

*Lube*



rões de fontes de abastecimento próprio que, mesmo atendendo à insalubridade que nalguns casos impedia o consumo humano das suas águas, seriam preciosos auxiliares no combate a incêndios. Um dos cinco exemplares detetados nos trabalhos arqueológicos encontra-se precisamente na zona do saguão, tendo a sua construção destruído parcialmente o paramento sul da Muralha de D. Dinis.

A reconstrução prolonga-se por várias décadas, equipando a Baixa com um conjunto urbanístico coeso onde os vestígios visíveis das preexistências se quedam pela toponímia. Neste cenário, a Muralha de D. Dinis, há muito contida entre os edifícios anteriores ao terramoto, irá então cumprir, cerca de cinco séculos passados da sua fundação, o seu derradeiro papel.

Ao encontrar-se parcialmente soterrada em 1755, a parte inferior da muralha resiste ao embate sísmico, facto que não passou despercebido aos engenheiros da reconstrução pombalina. Aproveitando a sua enorme robustez e a semelhança nos eixos, e numa lógica de economia de custos, foi decidido aproveitar o troço remanescente como alicerce da parede norte do saguão dos edifícios correntes – espaço onde hoje se situa a galeria museológica. A subida de cotas dos espaços de circulação fez com que a muralha acabasse totalmente coberta por aterros e edificações, situação em que se manteve até à intervenção arqueológica atual.

↓ Um mar de estacas.  
Conjunto identificado nos edifícios de sacrifício, junto à Muralha de D. Dinis.



## O presente e o futuro

Duzentos anos de arquitetura pombalina estabilizaram o tecido urbano da Baixa, sendo a normalidade apenas interrompida por vários incêndios, um dos quais, em 1863<sup>61</sup>, motivará a transferência da Sede do Banco de Portugal, então Banco de Lisboa, para as atuais instalações, alteração que marcará a vida do quarteirão até à atualidade.

Algumas remodelações entretanto ocorridas na zona da Baixa Pombalina, feitas com traça contemporânea mas de espírito medieval, sem critério e desrespeitando a herança histórica local, introduziram, também elas, determinadas mudanças que em muito envergonhariam os seus arquitetos originais. Felizmente, são insuficientes, ainda assim, para desvirtuar o conjunto. Em meados do séc. XX, as destruições causadas na Muralha de D. Dinis pela instalação de infraestruturas elétricas e de rede, simbolizam na perfeição esta falta de conhecimento do valor histórico de todo o conjunto edificado, visível ou não.

O futuro, no entanto, parece apontar noutra direção. Fruto da crescente consciencialização para o património, quer como valor intrínseco quer como mola impulsora da economia, e da noção de que a Baixa Lisboa é um conjunto ímpar, com características singulares, as recentes intervenções tendem a renovar com critério esta área urbana milenar, apostando na sua recuperação. Embora muito haja ainda por fazer, as sementes parecem ter sido lançadas para a revitalização desta importante parcela de Lisboa.

A nós, agentes contemporâneos, que representamos apenas um pequeno capítulo nesta já longa história, compete-nos desfrutar a cidade na sua plenitude e, em pleno séc. XXI, essa experiência passa tanto pelas indis-

pensáveis comodidades da vida quotidiana, que permitem evitar a desertificação do centro histórico, essa morte lenta e discreta, como pelo respeito pelo passado. Ambas as situações, como se comprova com a musealização da Muralha de D. Dinis e com o projeto de remodelação do Edifício Sede do Banco de Portugal, são, num mundo moderno e civilizado, perfeitamente compatíveis.

→ Trabalhos arqueológicos na área dos edifícios de sacrifício junto à Muralha de D. Dinis.



## Bibliografia

- AGUAROD OTAL, Carmen – *Cerámica romana importada de Cocina en la Tarraconense*. Zaragoza: Institución Fernando, el Católico, Diputación Provincial de Zaragoza, 1991.
- ALARCÃO, Jorge – *O domínio romano em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1988.
- AMARO, Clementino – *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*. Lisboa: BCP, 2009.
- AMZALAK, Moisés – *O Banco de Lisboa*. In *Revista do Instituto Superior do Comércio de Lisboa*. Separata, 1919.
- ANGELUCCI, Diego E.; COSTA, Cláudia; MURALHA, João – *Ocupação neolítica e pedogénese médio-holocénica na Encosta de Sant'Ana (Lisboa): considerações geo-arqueológicas*. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 2, n.º 7 (2004), p. 27-47.
- ARRUDA, Ana Margarida; FREITAS, Vera Teixeira; VALLEJO SÁNCHEZ, Juan – *As cerâmicas cinzentas finas da Sé de Lisboa*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 3, n.º 2 (2000), p. 25-59.
- BARBOSA, Pedro; MIRANDA, José – *Marcas de Poder. Moedas Visigodas em Território Português*. Lisboa: Banco de Portugal, 2006.
- BLOT, Marie Luise – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. In *Trabalhos de Arqueologia*. Vol. 28 (2007).
- BODENEHR, Gabriel – *Lissabon: oder Olyssippo / G. Bodenehr fec. et exc. a.v.* – [documento icónico]. *Augustae Vindelicorum*: [entre 1700 e 1758]. 1 gravura: buril e água-forte, p&b; 16,6x25,7 cm.
- BRAUN, Georg – *Olisipo, sive ut perve-tustae lapidum inscriptiones habent, Ulyssippo, vulgo Lisbona florentissimum Portugalliae emporiu*. In *Civitates Orbis Terrarum*. Vol. I. [material cartográfico]. Colónia, 1572.
- BRAUN, Georg – *Olissippo quae nunc Lisboa*. In *Urbium Praecipuarum Mundi Theatrum Quintum e já não Civitates Orbis Terrarum*. Vol. V. [material cartográfico]. Colónia, 1598.

BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João – *Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica (Núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarim Chinês)*. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 10, n.º 1 (2007), p. 317-43.

CAMBI, Nenad – *Le anfore Dressel 20 nella Jugoslavia, in Produccion y Comercio del aceite en la Antigüedad*. In *Segundo Congreso Internacional (Sevilla, 1982)*. Madrid: Ed. Universidad Complutense de Madrid, 1983.

CARDOSO, João Luís – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. In *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Vol. 12. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2004.

CASTELO-BRANCO, Fernando – *Lisboa Seiscentista*. 2.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1969.

CASTILLO, Júlio – *A Ribeira de Lisboa: descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

CASTILLO, Júlio – *Lisboa Antiga. Os Bairros Orientais*. Vol. 5. Lisboa, 1904.

CHIC GARCIA, Genaro – *Datos para un estudio socioeconómico de la Bética. Marcas de alfar sobre ánforas olearias*. Écija: Gráficas Sol, 2001.

CÔRREA, Mendes – *Antropologia e História*. Porto: Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, 1954, p. 27-61.

CORREIA, Vergílio – *Lisboa Préistorica II. A estação neolítica de Vila Pouca (Monsanto)*. Lisboa, 1912.

FARIA, António – *Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia*. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 4, n.º 2 (2001).

JALHAY, Eugénio; PAÇO, Afonso; RIBEIRO, Leonel – *Estação pré-histórica de Montes-Claros*. In *Revista Municipal*. Vols. 20-21 (1994).

LAVANHA, João Baptista – *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II N. S. ao Reyno de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez S. Magestade a mandou escrever por João Baptista Lavanha*. Madrid: Thomas Iunti, 1621.

- LE BAS, J. P. – *Colleção de algumas ruínas de Lisboa causadas pelo terremoto e pelo fogo do primeiro de Novembro do anno de 1755 debuxadas na mesma cidade por MM. Paris et Pedegache e abertas ao buril em Paris por Jac. Ph. Le Bas* [documento icónico]. Paris, 1757.
- MENEZES, José de Vasconcellos e – *Tercenas de Lisboa*. In *Revista Municipal, Série 2, n.º 16*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1986, p. 3-17.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1882.
- ORTELIUS, Abraham – *Typus Orbis Terrarum*. [material cartográfico]. 1570.
- PIMENTA, João – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge* (Lisboa). In *Trabalhos de Arqueologia*. Vol. 41 (2005).
- ROCHA, Artur; REPREZAS, Jessica – *Relatório dos trabalhos arqueológicos realizados no Edifício Sede do Banco de Portugal (Lisboa)*. Lisboa: Relatório policopiado entregue ao IPA, 2008.
- ROCHA, Artur; REPREZAS, Jessica – *Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2010-2011*. Lisboa. Relatório policopiado entregue ao IGESPAR, 2011.
- ROSSA, Walter – *A imagem ribeirinha de Lisboa. Alegoria de uma estética urbana barroca e instrumento de propaganda para o Império*. In *Actas do III Congresso Internacional del Barroco Americano. Territorio, Arte, Espacio y Sociedad*. Sevilla: Universidad Pablo de Olavid, 2001, pp.1314-43.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques – *Lettre de J. J. Rousseau citoyen de Geneve, a Monsieur de Voltaire, concernant le poème sur le désastre de Lisbonne*. Genebra, 1764.
- MARTINS, Oliveira – *Portugal nos Mares*. Lisboa: Guimarães Editores, 1988.
- SILVA, Augusto Vieira da – *A cerca moura de Lisboa: estudo historico-descriptivo*. Lisboa, 1899.
- SILVA, Augusto Vieira da – *A população de Lisboa. Estudo histórico*. Lisboa, 1919.
- SILVA, Augusto Vieira da – *A Cêrca Fernandina de Lisboa*. Lisboa, 1948.
- SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987.

SILVA, Rodrigo Banha da – *Urbanismo de Lisboa: a zona ribeirinha*. In II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1997.

TINOCO, João Nunes – *Planta da cidade de L[isbo]a em q se mostram os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar / Delineada por João Nunes Tinoco, Architecto de S. M[a]g[esta]de anno 1650 – Escala [ca 1:3100], mil palmos = [7,20 cm]. [material cartográfico]. Lisboa: Lith[ographia] da Imp[rensa] Nac[ional], 1853. 1 planta: litografia, p&b; 52,70x69,50 cm, em folha de 58,00x75,00 cm.*

VALERA, António – *O Neolítico da desembocadura do paleoestúdio do Tejo: dados preliminares do Palácio dos Lumiares*. In *Era-Arqueologia*. Vol. 7 (2006), p. 86-108.

VEIGA, Teresa – *Os quotidianos da vida na Lisboa dos séculos da modernidade*. In *Revista Camões*, n.ºs 15/16 (2003), p. 166-78.

ZUZARTE, Francisco – *Vista do Paço da Ribeira e do Alto de S. Francisco*. Desenho à pena, aguarelado a nanquim. [documento icónico]. Lisboa, 1782.

## Notas

1. ROCHA, Artur; REPREZAS, Jessica – *Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2010-2011*.
2. SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*.
3. BLOT, Marie Luise – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*, p. 38.
4. CASTILLO, Júlio – *Lisboa Antiga. Os Bairros Orientais*, vol. 5.
5. SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira*, p. 8.
6. ROCHA, Artur; REPREZAS, Jessica – *Relatório dos trabalhos arqueológicos realizados no Edifício Sede do Banco de Portugal (Lisboa)*, vol. I, p. 14.
7. CORREIA, Vergílio – *Lisboa Préistorica II. A estação neolítica de Vila Pouca (Monsanto)*.
8. JALHAY, Eugénio; PAÇO, Afonso; RIBEIRO, Leonel – *Estação pré-histórica de Montes-Claros*.
9. VALERA, António – *O Neolítico da desembocadura do paleoestuário do Tejo: dados preliminares do Palácio dos Lumiares*.
10. ANGELUCCI, Diego; COSTA, Cláudia; MURALHA, João – *Ocupação neolítica e pedogénese médio-holocénica na Encosta de Sant'Ana (Lisboa): considerações geo-arqueológicas*.
11. CARDOSO, João Luís – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*.
12. PIMENTA, J. – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*, p. 22.
13. PIMENTA, João – *op. cit.*, p. 22.
14. CASTILLO, Júlio – *A Ribeira de Lisboa, descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*.
15. A questão da origem do topónimo continua a suscitar muita polémica, sendo bastante divergentes as opiniões sobre o assunto. De momento, inclinamo-nos para a hipótese que atribui à presença fenícia a origem do termo.
16. ARRUDA, Ana Margarida; FREITAS, Vera Teixeira de; VALLEJO SÁNCHEZ, Juan – *As cerâmicas cinzentas finas da Sé de Lisboa*, p. 29.
17. AMARO, Clementino – *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*, p. 10.
18. AMARO, Clementino – *op. cit.*, p. 10.
19. PIMENTA, João – *op. cit.*, p. 22.
20. CORRÊA, Mendes – *Antropologia e História*.
21. ALARCÃO, Jorge – *O domínio romano em Portugal*, p. 22.
22. Termo cujo significado poderá não ser literal, *i.e.*, poderá não corresponder a uma estrutura física propriamente dita, mas antes à colocação de uma guarnição.
23. À semelhança do sucedido com as primeiras referências toponímicas, a data de atribuição deste estatuto continua envolta em polémica, com diversas opiniões que oscilam entre a época de Júlio César e a de Augusto, avançando alguns autores o período entre 31 e 27 a.C.. Veja-se: FARIA, António Marques – *Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia*.
24. SILVA, Rodrigo Banha da – *Urbanismo de Lisboa: a zona ribeirinha*.
25. ROCHA, Artur; REPREZAS, Jessica – *op. cit.*, p. 43.
26. AMARO, Clementino – *op. cit.*, p. 14.

27. Para as ocorrências, veja-se: CAMBI, Nenad – *Le anfore Dressel 20 nella Jugoslavia*; e CHIC GARCIA, Genaro – *Datos para un estudio socioeconómico de la Bética. Marcas de alfar sobre ánforas olearias*.
28. ROCHA, Artur; REPREZAS, Jessica – *op. cit.*, p. 44.
29. BARBOSA, Pedro; MIRANDA, José – *Marcas de Poder. Moedas visigodas em Território Português*.
30. AMARO, Clementino – *op. cit.*, p. 18.
31. AMARO, Clementino – *op. cit.*, p. 19.
32. BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João – *Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica (Núcleo arqueológico da Rua dos Correiros e Mandarim Chinês)*.
33. SILVA, Augusto Vieira da – *A cerca moura de Lisboa: estudo histórico-descritivo*.
34. SILVA, Augusto Vieira da – *op. cit.*, (1987), p. 14.
35. SILVA, Augusto Vieira da – *op. cit.*, (1987), p. 13.
36. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a História do Município de Lisboa*, p. 1.
37. No lado exterior das muralhas, daí a designação de "São Vicente de Fora".
38. Embora esta atribuição seja discutida por alguns autores, veja-se: SILVA, Augusto Vieira da – *op. cit.*, (1987), p. 4.
39. *Idem*, p. 92-93, onde é referido que as medidas divergem consoante as fontes, sendo a sua dimensão, em qualquer dos casos, muito superior à das artérias coevas.
40. Cuja interpretação histórica suscita algumas questões quanto à natureza do troço da muralha aí existente. Veja-se, por exemplo: MENEZES, José de Vasconcellos e – *Tercenas de Lisboa*, p. 8.
41. MENEZES, José de Vasconcellos e – *op. cit.*, p. 10.
42. Veja-se uma descrição mais detalhada em: ROCHA, Artur; REPREZAS, Jessica – *op. cit.*, (2011), no capítulo 6.1 – *A Muralha de D. Dinis*.
43. SILVA, Augusto Vieira da – *op. cit.*, (1987), p. 27.
44. SILVA, Augusto Vieira da – *op. cit.*, (1987), p. 29.
45. SILVA, Augusto Vieira da – *op. cit.*, (1987), p. 30.
46. A versão original deste texto data de 2012; à data da publicação, 2014, ambas fazem já parte da freguesia de Santa Maria Maior.
47. SILVA, Augusto Vieira da – *op. cit.*, (1987), p. 25.
48. MENEZES, José de Vasconcellos e – *op. cit.*, p. 11.
49. VEIGA, Teresa – *Os quotidianos da vida na Lisboa dos séculos da modernidade*.
50. SILVA, Augusto Vieira da – *op. cit.*, (1987), vol. II, pp. 155-56.
51. Veja-se a descrição de: ROSSA, Walter – *A imagem ribeirinha de Lisboa. Alegoria de uma estética urbana barroca e instrumento de propaganda para o Império*.
52. Apesar de uma tentativa malograda no séc. XVII, confira-se: AMZALAK, Moisés – *O Banco de Lisboa*, p. 11-16.
53. SILVA, Augusto Vieira da – *A população de Lisboa. Estudo histórico*, p. 14-15. Nesta obra, Vieira da Silva contesta parcialmente os números do recenseador Cristóvão Rodrigues de Oliveira.
54. *Apud* MARTINS, Oliveira – *Portugal nos Mares*, p. 25.
55. SILVA, Augusto Vieira da – *op. cit.*, (1919), p. 15. No quadro apresentado, registam-se 13 680 pessoas na freguesia.

56. Vejam-se as descrições coligidas por Júlio Castillo em: CASTILLO, Júlio – *op. cit.*, (1893), p. 394-99.
57. CASTILLO, Júlio – *op. cit.*, (1893), p. 393.
58. CASTELO-BRANCO, Fernando – *Lisboa Seiscentista*, p. 39.
59. CASTILLO, Júlio – *op. cit.*, (1904), p. 354. É a citação que nos parece mais adequada para descrever todos os impactos do terramoto no tecido urbano da Baixa, os palpáveis e os simbólicos.
60. Surgida após a publicação de *Poème sur le désastre de Lisbonne*, de Voltaire, esta discussão insere-se no panorama das já conhecidas divergências entre os dois pensadores. Veja-se ainda, a este propósito, a carta de Rousseau dirigida a Voltaire: ROUSSEAU, Jean-Jacques – *Lettre de J. J. Rousseau citoyen de Geneve, a Monsieur de Voltaire, concernant le Poème sur le désastre de Lisbonne*.
61. AMZALAK, Moisés – *op. cit.*, p. 18 (em nota).



